

Governo usa subterfúgios para contrair empréstimos

Prossequindo em sua análise da participação ou não do Congresso Nacional na aprovação de acordos internacionais e na forma como o Governo, através de engenhoso subterfúgio, deixou o Parlamento de fora na contratação de empréstimos internacionais, o chanceler Francisco Rezek, traindo sempre o grande jurista que é e sua especialização em Direito Internacional, começou por uma interessante introdução sobre "o fenômeno da dívida externa, sua contratação e agigantamento, sem uma participação visível do Congresso".

E o Ministro se pergunta: "O que aconteceu?" e responde — "a explicação técnica vinha do setor governamental. Ela se podia dar como resumida num corretíssimo e tecnicamente primoroso parecer do então procurador-geral da Fazenda, dr. Heráclito de Queiroz. O Congresso não esteve presente na formação da dívida porque a formação da dívida basicamente envolveu mais pessoas jurídicas do direito privado do que a União Federal como pessoa jurídica de direito público externo".

Ele mostra o subterfúgio arranjado pelo Governo para fugir da fiscalização do Congresso. "Aquilo que o Governo não poderia fazer pela sua autoridade direta, ele poderia fazer pela rede das estatais dotadas de personalidade jurídica de direito privado e, entretanto, penduradas não só nas finanças públicas, mas na própria autoridade política governamental. Mesmo no que concerne à dívida contraída pela União, o que se percebeu é que não houve aí nenhuma espécie de tratado a respeito. É essa a boa razão de o Congresso não ter sido jamais ouvido", conclui o ministro.

Novos tempos — Mostrando que os tempos são outros, o chanceler Francisco Rezek foi categórico, dirigindo-se ao presidente da comissão de Relações Exteriores, senador Humberto Lucena, e aos demais membros dessa Comissão: "A fidelidade da instituição executiva voltada para o tema a que se consagra esta Comissão será irrestrita, será total, será espontânea, será também transparente no sentido de que nunca se desejará que o estudo de qualquer problema afeto às relações exteriores se faça sem a auscultação muito interessante e muito percuciente dos sentimentos parlamentares a respeito".

"Nós estamos vivendo, senhores senadores — continuou o ministro Rezek — uma fase muito fecunda na cena internacional. Estamos percebendo que, em toda a parte, independentemente das consequências políticas, ora mais, ora menos dramáticas, aqui ou acolá, independentemente de alguns efeitos colaterais econômicos que possam penalizar a esse ou àquele setor, o que sucede, hoje, no Leste Europeu, é algo auspicioso, sobretudo por se chegar à conclusão definitiva de que os povos não desejam mais submeter-se a nenhuma forma de condicionamento das suas vontades, das suas intenções políticas, dos seus sentimentos últimos.

Referindo-se ainda ao que hoje acontece na Europa Oriental, o chanceler Rezek foi incisivo. "Não há mais como, no mundo de hoje, submeter sociedades inteiras a uma forma de dirigismo não desejado, com ou sem raízes no exterior, num núcleo de poder estranho, ao próprio núcleo de poder quase sempre artificial, localmente instalado".

Sobre a possível concorrência do Leste Europeu no mercado mundial, Rezek demonstra otimismo, sem deixar de reconhecer que o que se passa naquela região, "embora seja um fator criativo de uma atmosfera de grande euforia política, em todo o contexto mundial, preocupa à conta de alguns efeitos colaterais no plano econômico que poderiam, ao ver, por exemplo, de alguns Estados latino-americanos, não necessariamente o Brasil, impor ao nosso sistema de comércio, algum acanhamento provisório... um novo núcleo de competição".

"Quer parecer-me, entretanto — continua a análise do ministro Rezek — que se pode falar, talvez, da América Latina considerada como um todo e dá-la por sob essa imediata ameaça. Acredito que o Brasil, no seu comércio bilateral com países da Europa Ocidental, com os Estados Unidos, com o Japão, não sofre risco sequer a curto prazo, que seriam superáveis, de qualquer maneira, a médio prazo. E quer parecer-me também — continua Rezek — que o progresso econômico da Europa, integralmente considerado, que os ventos da prosperidade bafejando o Leste Europeu, até hoje situado numa faixa de desempenho econômico muito aquém das potencialidades dos seus povos e da sua tradição, quer parecer-me que esse fenômeno há de carrear benefícios a toda a comunidade internacional. Não compartilho, portanto, certos receios relacionados com a competição que o Leste Europeu representaria para nós", conclui o ministro.

Credibilidade — O chanceler Rezek reconhece, ainda, como fator positivo, ser este, também, um momento em que "o Brasil é visto lá fora com grande interesse". E explica — "O coroamento do processo eleitoral, a investidura, depois de tantos anos, do presidente da República resultante do pleito direto, isso nos traz, no plano externo, uma credibilidade diversa daquela que cronicamente ostentamos".

"Imagino que temos muito o que esperar da comunidade internacional e que esta não nos decepcionará. Creio muito, também, naquilo que tem sido, lá fora, a imagem do Brasil. Nunca me pareceu que a imagem de certo país no exterior fosse algo dissociável da nossa realidade. Sempre soube, todos nós sempre soubemos, que em grande parte, a imagem negativa do Brasil em certos foros internacionais resultou, fora da frivolidade, ora da má-fé, ora do escasso conhecimento daquilo que se passa nesse País. Mas, — continua o ministro — não é menos certo que se não fossem fatos grandemente negativos que aqui se produziram, e que nenhum de nós ignora, em variados domínios da vida nacional, nem toda a frivolidade, nem toda a má-fé, nem toda a falta de informação de setores vários do pensamento político do hemisfério norte teriam construído, teriam sido bastante para construir uma imagem negativa desta República".

Continuando em sua análise a respeito de nossa imagem externa, o chanceler Rezek considera que "há aí uma relação causa-efeito" e acrescenta que "não devemos nos preocupar com o efeito, na medida em que transformemos a causa". E conclui seu pensamento afirmando que "na medida em que a realidade nacional seja algo de que honestamente nos orgulhemos, a imagem virá como consequência inevitável disso. É no que piamente acredito".

Perguntas — Com estas palavras o ministro Francisco Rezek terminou sua exposição diante da Comissão de Relações Exteriores do Senado e se colocou à disposição de todos para indagações outras sobre política externa.

O primeiro senador a falar foi Jarbas Passarinho. Ele começou por confessar sua "absoluta tranquilidade" por ver o ministro Rezek na direção da política externa brasileira. "O talento de V. Excia. — disse Passarinho — é conhecido amplamente por todos nós. Acho até que esse



Jarbas Passarinho, preocupado com a dívida externa

talento não tem sido devidamente explorado no Governo atual".

Em seguida, o senador Jarbas Passarinho confessou ter duas consultas a fazer ao ministro: uma sobre a questão da dívida externa, que mereceu uma CPI do Congresso, da qual o senador Passarinho foi membro e outra sobre determinadas recomendações e convenções da Organização Internacional do Trabalho — OIT — assunto também bastante conhecido do senador Passarinho por sua atuação, nessa área, quando foi ministro do Trabalho. Mas, destes dois tópicos, voltaremos a falar amanhã.

O tema central das duas perguntas foi se a dívida externa brasileira não poderia ser considerada ilegal, em virtude de não ter sido, na sua contratação, a anuência do Congresso: e, na questão das recomendações da OIT, a proibição do trabalho para menores de 18 anos.